

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 972/2020 - 2º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 972/2020 de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes que “Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.288/2006, que ‘Dispõe sobre transferência de titularidade de permissão outorgada pelo Município de Belo Horizonte e dá outras providências.’ foi examinado pelas Comissões de Legislação e Justiça, de Administração Pública e de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, recebendo parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade na primeira e sendo aprovado nas outras duas comissões. Votado e aprovado em primeiro turno de votação, foi apresentada emenda ao mesmo.

Iniciado o segundo turno, o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, vem a Emenda Substitutiva nº 1 a esta Comissão de Legislação e Justiça, em conformidade com os trâmites regimentais para receber parecer jurídico.

Designado relator, passo a analisar a proposição nos exatos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, peço licença aos meus pares para fazer um registro importante. O Projeto de Lei 972/2020 altera dispositivos da Lei nº 9.288, de 14 de dezembro de 2006, *in verbis*:

LEI Nº 9.288, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre transferência de titularidade de permissão outorgada pelo Município de Belo Horizonte e dá outras providências. O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A titularidade da permissão outorgada pelo Município de Belo Horizonte para prestação de Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros - STPS - será transferida ao cônjuge supérstite, ao companheiro ou à companheira e aos descendentes desde a data da concessão até a finalização da licitação vindoura, nas seguintes situações:

I - morte do titular da permissão;

II - invalidez permanente do titular da permissão, devidamente comprovada;

III - privação ou restrição da liberdade, nos termos de sentença penal condenatória transitada em julgado.

§ 1º - Na ausência de cônjuge supérstite, o disposto no caput deste artigo obedecerá ao que dispuser a lei civil sobre direito de sucessão.

§ 2º - A transferência da titularidade da permissão de que trata este artigo, na hipótese prevista no § 1º deste artigo e feita a sucessor legítimo e legalmente admitido, nos termos da lei civil, exclui, de pronto, a prática do mesmo ato em relação a outro sucessor, a qualquer título ou pretexto.

§ 3º - Nas situações de invalidez permanente e de privação ou restrição da liberdade, nos termos do disposto nos incisos II e III do caput deste artigo, é assegurado ao respectivo titular o direito de manter a titularidade da propriedade do veículo e a titularidade da permissão outorgada pelo Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - O exercício do direito de que trata o § 3º do art. 1º desta Lei implica a constituição de preposto, nos termos e nas condições a serem fixados em regulamento e para que não ocorra suspensão da prestação do serviço público mencionado nesta Lei. Parágrafo único - O preposto de que trata o caput deste artigo poderá ser sucessor legalmente admitido, nos termos do disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa 90 (noventa) dias, contado da data de sua publicação.

(...)

Ocorre, nobres pares, que esta lei teve sua inconstitucionalidade declarada pela ADI nº 1.0000.18.044350-9/000. Como o Projeto de Lei 972/2020 trata de matéria que tem a mesma competência da matéria tratada na Lei 9.288/2006, a proposição legislativa em tela, bem como tudo que a segue é inconstitucional e ilegal.

Voltando ao objeto do parecer jurídico, a Emenda Substitutiva nº 1 de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes apresentada ao presente projeto de lei busca alterar o prazo de transferência da titularidade da permissão ao cônjuge, companheiro ou descendente para 2 (dois) anos após a cessão da permissão, alterando a redação do *caput* do seu artigo 1º, quando este estabelece que o prazo da citada transferência é até a finalização da mesma.

A análise e consequente parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade das proposições postas a exame sob o aspecto de sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Analisando a juridicidade da sob o aspecto de constitucionalidade da emenda em questão vemos que está em desconformidade com a Carta da República. Apresenta vício de iniciativa, a emenda substitutiva invade matéria de competência do poder executivo municipal, qual seja, dispor sobre normatização da permissão do transporte coletivo suplementar. Afronta o art. 2º e o art. 61, parágrafo 1º, ambos, da Constituição Federal.

No exame da juridicidade sob o aspecto da legalidade a emenda supressiva segue no mesmo diapasão, afronta o art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município.

Quanto a juridicidade no que pertine a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno nas presentes proposições legislativas.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda Substitutiva nº 1º ao Projeto de Lei nº 972/2020.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2020.



VEREADOR REINALDO GOMES
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1061/2020 - 1º TURNO DE
VOTAÇÃO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei 1061/2020 que “Autoriza a criação e a realização do evento Virada Sustentável em parques públicos e em instituições de ensino da rede pública municipal, e de outros eventos que tenham foco no meio ambiente.” de autoria do Vereador Wesley Auto Escola, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de votação, para parecer jurídico sobre o presente projeto de lei.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

O exame da juridicidade de uma iniciativa legislativa verifica, em termos gerais, a conformação do projeto de lei com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, enfim com o Direito.

Visando a produção, no âmbito municipal, de normas aptas a adentrar o mundo jurídico examinaremos a juridicidade sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade e das características comuns às normas jurídicas para sua validade e o seu caráter inovador no ordenamento jurídico do texto da proposição.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, dotada de sanções e da possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica.

O projeto de lei não inova no ordenamento jurídico, a matéria tratada nela é contemplada direta ou indiretamente em diversas normas municipais sobre o meio ambiente e promoção de ações educativas a respeito do tema. Citamos a título de exemplo as seguintes leis e normas municipais: LEI Nº 4.253, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1985, DECRETO Nº 5.893, DE 16 DE MARÇO DE 1988, ART. 50 da LEI Nº 11.065, DE 1º DE AGOSTO DE 2017, LEI Nº 11.181, DE 8 DE AGOSTO DE 2019, DECRETO Nº 15.461, DE 24 DE JANEIRO DE 2014.

Em que pese a louvável intenção do legislador, sob o aspecto da juridicidade da proposição referente a sua constitucionalidade vemos que está em desconformidade com a Carta da República.

Padece de inconstitucionalidade projeto de lei autorizativo que invade competências do poder executivo, como já é reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. A jurisprudência

é forte nesse sentido. Os legisladores pátrios elaboram iniciativas legislativas autorizativas ao Poder Executivo em matéria que já é da competência do mesmo, objetivando com isso burlar o vício de iniciativa caso a proposta da lavra do Poder Legislativo disciplinasse diretamente a matéria em questão.

Tal expediente, além de consumir desnecessariamente recursos públicos, pois a questão poderia ser resolvida com uma indicação legislativa dirigida ao prefeito municipal, contribui para o aumento desnecessário de leis em vigor no município.

Ocorre que mesmo esse expediente não sana o vício de inconstitucionalidade no nascedouro do projeto de lei porque conforme a jurisprudência pacífica do STF, vide a ADI 3169/SP tendo como relator Ministro Marco Aurélio e o RE: 785046 - SP relatado pelo Ministro Roberto Barroso.

Administrar o município, bem como, dispor sobre a criação de projetos educacionais na rede pública de ensino e parques públicos, determinar ações a serem realizadas por órgãos públicos da estrutura do executivo como disposto em seus artigos 1º a 3º, bem como a realização de eventos na área da educação ambiental é função privativa do prefeito municipal. O presente projeto de lei extrapola a competência do legislativo. Na realidade o preâmbulo transcrito no relatório deste parecer jurídico já denota flagrante ingerência de um poder sobre o outro.

Pelo princípio da simetria, ao adentrar matérias de competência do Prefeito Municipal, caracterizando-se o vício de iniciativa, o legislador municipal incorre também em inconstitucionalidade. Tais matérias são afeitas a organização e funcionamento dos órgãos e serviços públicos de competência do Poder Executivo.

Na concretização deste princípio, a Constituição Federal previu matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente ao Chefe do Poder Executivo como no artigo 61, § 1º. A Constituição Estadual, por simetria, reproduziu esse regramento, no que era cabível. Destarte, a eventual ofensa a este princípio pelo Poder Legislativo fulmina a norma de nulidade, por vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Vemos também afronta ao princípio da separação de poderes, previsto no art. 2º da CF/88 ao definir ações e obrigações a serem executadas pelo Poder Executivo.

Adentra, a proposição de lei em tela, em competências materiais do Poder Executivo. Impõe determina ações e eventos em outro poder do município ao arrepio da Constituição de 1988.

Com relação ao tema, o autor Raul Machado Horta tece considerações pertinentes:

A precedência lógico-jurídica do constituinte federal na organização originária da Federação, torna a Constituição Federal a sede de normas centrais, que vão conferir homogeneidade aos ordenamentos parciais constitutivos do Estado Federal, seja no plano constitucional, no domínio das Constituições Estaduais, seja na área subordinada da legislação ordinária. (em "Poder Constituinte do Estado-Membro", publicado em RDP 88/5)

Ademais, é claro como a luz solar que na estrutura federativa brasileira, os Estados e os Municípios não dispõem de autonomia ilimitada para organizarem-se. Somente o Poder Constituinte originário apresenta esta característica. Em sendo assim,

por simetria, impõe-se a observância pelos entes federados inferiores dos princípios e regras gerais de organização adotados pela União.

Essas normas centrais são constituídas de princípios constitucionais, princípios estabelecidos e regras de pré-organização. Entre os princípios constitucionais, um dos que vem apresentando previsão permanente nas Constituições Republicanas é o da independência e harmonia dos Poderes, expressamente estabelecido no art. 2º da atual Carta Magna. Ao organizarem-se, portanto, Estados-membros e Municípios estão obrigados a reproduzir em suas Leis Maiores o princípio da separação dos Poderes, bem como a efetivamente respeitá-lo no exercício de suas competências.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é forte nesse sentido:

Processo legislativo dos Estados-Membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal.” (ADI 637, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 25-8-04, DJ de 1º-10-04)

No exame da juridicidade sob o aspecto da legalidade melhor sorte não assiste a iniciativa legislativa.

Primeiramente, a Constituição é a Lei Maior de um país. Sendo a lei de hierarquia superior no ordenamento jurídico pátrio, é inviável conceber uma lei infraconstitucional em desacordo com seus preceitos.

O legislador municipal incorre também em inconstitucionalidade como é o caso da afronta ao art. 88, II, “d” da Lei Orgânica do Município.


O projeto de lei acaba por gerar despesa como se depreende de todos seus artigos. A Lei complementar nº 101/2000 em seu artigo 15, 16 e 17 exige dentre outras especificidades que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Quanto a juridicidade no que é pertinente a regimentalidade não vislumbramos ofensa ao regimento interno na presente proposição legislativa.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1061/2020.

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2020.


VEREADOR REINALDO GOMES
Relator




DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**PL Nº 845 / 2019****À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**
Para Redação Final

Em 17/11/2020,


Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Jrban Nelo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 24,11,2020
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 845/19

Relatório

O Projeto de Lei nº 845/19, que "Altera a Lei nº 8.616/03 e dá outras providências", de autoria dos vereadores Bim da Ambulância, Léo Burguês de Castro e Professor Juliano Lopes, foi aprovado pelo Plenário na forma da Subemenda (Substitutivo) nº 1 à Emenda (Substitutivo) nº 2 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

- a reformulação do texto do art. 3º da proposição aprovada, para conferir ao dispositivo maior concisão, precisão e clareza, mostrando especialmente que o inciso II a ser alterado no art. 149 da Lei nº 8.616/03 é vinculado ao *caput* desse artigo 149, e não a outro dispositivo do mesmo artigo;

- a reformulação do texto do art. 4º da proposição aprovada, para conferir maior clareza ao dispositivo e adequá-lo aos critérios da técnica legislativa;

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 845/19.

CMBH_DIRLEG-26/nov/20-13:50:22-002697-1



PROJETO DE LEI Nº 845/19

Altera a Lei nº 8.616/03 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam revogados os incisos III e IV do *caput* do art. 144 da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003.

Art. 2º - O art. 148 da Lei nº 8.616/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 148 - O licenciado para o comércio em veículo automotor somente poderá comercializar lanches rápidos, água mineral, sucos ou refrescos industrializados, refrigerantes, chope e cerveja, café, carnes e derivados, conforme definido em regulamento.”.

Art. 3º - O inciso II do *caput* do art. 149 da Lei nº 8.616/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 149 - [...]

[...]

“II - ter dimensões máximas de 6m (seis metros) de comprimento por 2,20m (dois vírgula vinte metros) de largura;”.

Art. 4º - O parágrafo único do art. 149 da Lei nº 8.616/03, fica reposicionado como § 1º, passando a vigorar com a redação abaixo, e ficam acrescentados a esse mesmo artigo os §§ 2º, 3º, 4º e 5º, nos seguintes termos:

Art. 149 - [...]

“§ 1º - Será admitida, em caráter de exceção e observadas as previsões desta lei e de seu regulamento, a comercialização de alimento em *trailer* ou reboque em logradouro público.

§ 2º - O *trailer* ou reboque utilizado para os fins previstos no § 1º deste artigo deverá ter as mesmas dimensões previstas no inciso II do *caput* deste artigo.

§ 3º - Os licenciados para comercialização de alimentos em *trailer* ou reboque, nos termos previstos neste artigo e em regulamento, deverão observar as demais exigências previstas para os veículos automotores licenciados para o mesmo tipo de comércio.

§ 4º - O *trailer* ou reboque utilizado para comercialização de alimento em logradouro público deverá ser removido



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

imediatamente após o encerramento das atividades do dia ou do evento.

§ 5º - O descumprimento do previsto no § 4º deste artigo ensejará a aplicação de multa e remoção compulsória do *trailer* ou reboque, nos termos previstos em regulamento.”.

Art. 5º - Ficam revogados, na Lei 8.616/03, o art. 128 e o inciso VII do art. 187.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 / 11 / 2020

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG

Fl.

PL Nº 1043 / 2020

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Para redação final

Em 19/11/2020

1-594

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo o vereador Irlan Melo para emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em

24, 11, 2020

[Assinatura]
Presidente da comissão



Comissão de Legislação e Justiça
Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 1.043/20

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.043/20, que "Dá o nome de Aldacyr Dias Lopes ao Viaduto 3.681, no Bairro São Geraldo", de autoria do vereador Flávio dos Santos, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

Fundamentação

O texto aprovado foi mantido na íntegra, em razão da inexistência de erro formal ou técnico que justifique alteração.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 1.043/20.

CMBH_DIRLEG-26/nov/20-13:20:53-002698-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PROJETO DE LEI Nº 1.043/20

Dá o nome de Aldacyr Dias Lopes ao Viaduto 3.681, no Bairro São Geraldo.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominado Aldacyr Dias Lopes o Viaduto 3.681, código 311415, no Bairro São Geraldo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26/11/2020

RELATOR

Avulsos distribuídos em

Aguardando emenda de
redação final até

DIVATO